

...continuação

Garantias: Garantias usuais de projeto, tais como: • Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia. • Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão. • Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação semestral de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato. **Cláusulas restritivas:** A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações financeiras (ICSD). A Companhia possui a seguinte cláusula: **Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD):** O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos). **Índice de Capital Próprio (ICP):** O ICP é calculado a partir da divisão do montante de capital próprio pelo montante total do ativo, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICP de no mínimo 20% (vinte por cento). A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como compliance com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias. A Administração da Companhia faz o acompanhamento das cláusulas restritivas. **12. Tributos indiretos diferidos:** O diferimento do PIS e da COFINS é relativo a 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A amortização desta obrigação diferida ocorrerá à medida em que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1. Devido às alterações definidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025, que determina que a partir de 01 de janeiro de 2027, o PIS e a COFINS serão extintos e substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a Companhia classifica o saldo diferido de longo prazo como outros tributos diferidos mantendo o tratamento atual deste saldo, até que a legislação defina a alíquota efetiva do CBS (ainda não determinada) para que a Companhia reflita os devidos ajustes, ressaltando que tal alteração traz impactos no gloss up da receita regulatória, e consequentemente, no fluxo de recebimento do ativo de contrato. A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2024		Constituição		Amortização		Transfêrência		Saldos em 31/12/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
PIS e COFINS Diferidos	30.022	-	(41.181)	-	39.437	-	28.278	-	229.528	36.258
Tributos indiretos diferidos	229.528	36.258	-	(39.437)	-	226.349	-	254.627	-	-
Total	259.550	36.258	(41.181)	-	39.437	-	226.349	-	254.627	-

Classificados como:
Circulante 30.022 28.278
Não circulante 229.528 226.349

13. Contingências: A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, civil, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as despesas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia na opinião de seus assessores jurídicos externos, possui processos judiciais com probabilidade de perda provável, nos quais a Companhia figura como ré, cujo montante é de R\$ 1.596 (R\$ 3.077 em 31 de dezembro de 2024). 13.1. Contingências possíveis A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que os chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Em 31 de dezembro de 2025, as reclamações relacionadas e perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 35.534 (R\$ 14.121 em 31 de dezembro de 2024). **14. Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 1.234 (R\$ 1.208 em 31 de dezembro de 2024) representa as despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Parte relacionada	Vigência	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado
Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos									
Argo Transmissão de Energia S.A.	31/07/2029	-	1.234	-	1.121	(12.692)	(9.259)	-	-
Argo II Transmissão de Energia S.A.	31/07/2029	-	-	-	-	-	-	-	-
Argo III Transmissão de Energia S.A.	31/07/2029	-	-	-	58	(116)	(61)	-	-
Argo IV Transmissão de Energia S.A.	31/07/2029	-	-	-	-	-	-	-	-
Argo V Transmissão de Energia S.A.	31/07/2029	-	-	-	-	(2)	(18)	-	-
Argo VI Transmissão de Energia S.A.	31/07/2029	-	-	-	29	(61)	(61)	-	-
Giovanni Sanguinetti (Argo VIII)	31/07/2029	-	-	-	-	-	-	-	-
Argo IX Transmissão de Energia S.A.	31/07/2029	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Dividendos									
ArgeB Energia Empreendimentos e Part.		-	648	-	1.492	-	-	-	-
		-	1.882	-	2.700	(12.871)	(9.920)	-	-

14.1. Remuneração da Administração: A remuneração dos diretores da Companhia é paga pela Argo Transmissão de Energia S.A., com despesas compartilhadas por meio do reembolso estabelecido no Contrato de Compartilhamento de Despesas. O saldo de compartilhamento de despesas encontra-se registrado na rubrica de "Despesas gerais e administrativas" no montante de R\$ 1.776 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.363 em 31 de dezembro de 2024).

15. Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia, totalmente subscrito é de R\$ 504.397 tendo sido integralizados 504.397.379 ações ordinárias, todas nominativas, em escrituras e sem valor nominal. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	31/12/2025		31/12/2024	
	Ações ordinárias	% Ações ordinárias	Ações ordinárias	% Ações ordinárias
ArgeB Energia Empreendimentos e Participações S.A.	504.397.379	100	504.397.379	100

15.1. Reservas de lucro: **15.1.1. Reserva legal:** De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou o montante de R\$ 4.044 para reserva legal. **15.1.2. Incentivos fiscais:** Conforme laudo constitutivo nº 0256/2023, em substituição ao laudo de nº 0255/2019, de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 28 de novembro de 2023 foi emitido à Companhia pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), o direito ao benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou o montante de R\$ 12.037 para reserva de incentivos fiscais. **15.1.3. Reserva de lucros:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou R\$ 64.154 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão reforços e melhorias de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia. **15.2. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95. Em 28 de abril de 2025, a Companhia aprovou a distribuição de R\$ 138.746 a título de dividendos adicionais. Em outubro de 2025, foi aprovada a proposta de dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 14.592, o montante em sua totalidade foi pago ainda durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Em dezembro de 2025, a Companhia distribuiu R\$648 a título de dividendos mínimos obrigatórios.

	Saldos em 31/12/2024		Constituição		Pagamento		Saldos em 31/12/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Dividendos a pagar	1.492	154.156	-	(155.000)	-	648	-	-
	1.492	154.156	-	(155.000)	-	648	-	-
16. Receita operacional líquida								
Receita de construção					41.096			
Receita de remuneração do ativo da concessão			372.112		368.355			
Receita de operação e manutenção			19.868		19.532			
Parcela variável e outras deduções			(3.320)		(928)			
Gainho de eficiência na implementação da infraestrutura			-		11.783			
Outras receitas			2		6.277			
Receita operacional bruta			388.662		448.615			
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão			(8.434)		(13.789)			
(-) PIS e COFINS sobre faturamento			(27.444)		(24.986)			
(-) Encargos regulatórios			(4.088)		(3.714)			
Receita operacional líquida			350.646		403.126			
17. Custos e despesas por natureza			31/12/2025		31/12/2024			
Serviços de terceiros			(13.320)		(12.477)			
Custos de construção			(14.592)		(14.592)			
Pessoal			(10.118)		(8.687)			
Arendamentos e alugueis			(366)		(387)			
Depreciação e amortização			(300)		(80)			
Seguros			(957)		(846)			
Tributos			(129)		(69)			
Materiais			(169)		(192)			
Revisão tarifária periódica			(111.910)		(3.727)			
Outros			(327)		(221)			
Total			(137.596)		(54.887)			
Valores alocados a:								
Custos de construção			-		(31.928)			
Custos de operação e manutenção			(16.712)		(15.062)			
Despesas gerais e administrativas			(6.372)		(7.897)			
Outras despesas e receitas operacionais (*)			(11.912)		(14.592)			
(*) Montante referente ao impacto da RTP conforme nota explicativa nº 1			-		-			
18. Resultado financeiro			31/12/2025		31/12/2024			
Receitas financeiras:								
Receitas de aplicações financeiras			20.251		14.195			
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras			(942)		(663)			
Outras receitas financeiras			461		1.284			
Total			19.770		14.816			
Despesas financeiras:								
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)			(426)		(743)			
Imposto e variação monetária			(125.830)		(119.009)			
Outras despesas financeiras			(2.348)		(2.039)			
Total			(128.604)		(121.791)			
Resultado financeiro			(108.834)		(106.975)			

19. Imposto de renda e contribuição social: 19.1. **Reconhecimento da alíquota efetiva:** A composição da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais com base nos resultados de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	104.216	241.264
Alíquota nominal	34%	34%

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Receita de construção	41.096	-	41.096	-
Receita de remuneração do ativo da concessão	372.112	-	368.355	-
Receita de operação e manutenção	19.868	-	19.532	-
Parcela variável e outras deduções	(3.320)	-	(928)	-
Gainho de eficiência na implementação da infraestrutura	-	11.783	-	11.783
Outras receitas	2	6.277	2	6.277
Receita operacional bruta	388.662	448.615	388.662	448.615
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(8.434)	(13.789)	(8.434)	(13.789)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(27.444)	(24.986)	(27.444)	(24.986)
(-) Encargos regulatórios	(4.088)	(3.714)	(4,088)	(3,714)
Receita operacional líquida	350.646	403.126	350.646	403.126
17. Custos e despesas por natureza	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	(13.320)	(12,477)	(13,320)	(12,477)
Custos de construção	(14,592)	(14,592)	(14,592)	(14,592)
Pessoal	(10,118)	(8,687)	(10,118)	(8,687)
Arendamentos e alugueis	(366)	(387)	(366)	(387)
Depreciação e amortização	(300)	(80)	(300)	(80)
Seguros	(957)	(846)	(957)	(846)
Tributos	(129)	(69)	(129)	(69)
Materiais	(169)	(192)	(169)	(192)
Revisão tarifária periódica	(111,910)	(3,727)	(111,910)	(3,727)
Outros	(327)	(221)	(327)	(221)
Total	(137,596)	(54,887)	(137,596)	(54,887)

18. Resultado financeiro

Receitas financeiras:

Receitas de aplicações financeiras (20.251) 14.195
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras (942) (663)
Outras receitas financeiras 461 1.284
Total 19.770 14.816

Despesas financeiras:

Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) (426) (743)
Imposto e variação monetária (125.830) (119.009)
Outras despesas financeiras (2.348) (2.039)
Total (128.604) (121.791)

Resultado financeiro (108.834) (106.975)

19. Imposto de renda e contribuição social: 19.1. **Reconhecimento da alíquota efetiva:** A composição da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais com base nos resultados de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	104.216	241.264
Alíquota nominal	34%	34%

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para a opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Inspeção das responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria.** Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo da concessão:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.12 as demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contrapartida da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo da concessão da Companhia era de R\$ 2.732.722 mil. O ativo de

	31/12/2025	31/12/2024
Expectativa de IRPJ e CSLL	(35.433)	(62.030)
Incentivos fiscais (*)	12.039	18.557
Adições e exclusões permanentes	71	393
Bônus Diretores (IRPJ 25%)	(55)	(114)
(+) Outros	45	(1.542)
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(19.021)	(60.777)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(4.312)	(3.959)
	22%	27%

Alíquota efetiva

(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do lucro apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

19.2. Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Utilização de prejuízo fiscal (a)	1.772	-	1.772
Contratos de concessão (b)	(26.521)	85.526	59.005
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(76.819)	475.762	398.943
Utilização de prejuízo fiscal (a)	1.018	-	7.018
Contratos de concessão (b)	(11.065)	23.068	12.003
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(83.666)	498.830	